

CAPÍTULO IV

Inteligência retórica e vocalidade: constituição e manutenção do *ethos*¹

O aparecimento do homem na Terra, segundo Toynbee (1978), não é marcado pela afirmação de uma determinada característica anatômica, nem pela aquisição de habilidades puramente práticas, mas, sim, pelo momento histórico do aparecimento da percepção como processo mental consciente. De acordo com as reflexões do historiador, esse despertar foi tão imenso e o esforço exigido deve ter sido tão árduo que não causa surpresa o fato de que a ele se seguisse um período de mais ou menos um milhão de anos de torpor, antes de o homem começar a exercer ativamente o poder espiritual e material que a construção da consciência lhe permitia. O torpor se justifica plenamente: o homem precisou experimentar em si o sentimento da existência para construir sua identidade humana. Não havia (como não há) uma consciência “ideal” de si, mas uma constante descoberta, menos ou mais consciente, de “ser” num contexto sensorial (que tem o corpo como uma instância primária, um lugar de imanência) e intelectual (que permite ao homem compreender, conhecer e exteriorizar estados e vertentes de si) para, como bem ressalta Vigarello (2016), ser um modelador e escultor de si mesmo. Se falta estrutura à percepção, o homem, no decorrer do tempo, procurou interpretá-la, revesti-la de coerência e sentido para tomar consciência de um espaço, de seu corpo e de suas propriedades, a fim de elaborar pela mente o exequível e confortável para a vida em sociedade.

O homem possui vocação para a descoberta de si e do outro. Essa tendência ontológica pode explicar o porquê de, um dia, em algum momento do passado, ao conscientizar-se de que, nas relações sociais, o verbo pode ser bem mais importante do que a força física, fez emergir em si o autor de sua própria fala e compreendeu (ato inteligente) o poder e as funções da voz, a tradutora das línguas. Onomatopeias, grunhidos, articulações mais sofisticadas, léxico, sintaxe e semântica conformaram-se gradativamente em línguas, em atos de

.....
1 Este capítulo foi originalmente publicado: FERREIRA, Luiz Antonio. Inteligência retórica e vocalidade: constituição e manutenção do *ethos*. In: FERREIRA, Luiz Antonio (org.). **Inteligência retórica: o *ethos***. São Paulo: Blucher, 2019, v. 1, p. 9-28.

fala que envolviam sensibilidade e racionalidade. Essa percepção e consciência de fala intuitiva ganhou corpo ao longo do tempo. Ao entender-se como um ator inserido em contextos sociais, históricos, políticos, ideológicos, culturais e cognitivos, fez emergir de si uma outra consciência de fala, mais reflexiva e intencional, que culminou na invenção da retórica, a propriedade humana articuladora de argumentatividade que requer gestos persuasivos e, evidentemente, inteligência verbal e comunicativa. A percepção, entendimento, conhecimento de mundo e prática da linguagem encontram-se, de modo incondicional e indelével, imbricados na *praxis*² humana.

Pela palavra, espraíamos nosso mundo de pensamentos, de compreensão de realidades, de entendimento de nossa comunidade e entrelaçamos emoções e racionalização em nossas relações sociais. Não se trata, pois, apenas de ecoarmos oralmente. Entendida como produto de uma vocação humana, a palavra, por virtude histórica, não só indica as coisas do mundo, mas carrega toda espécie de sentimentos e regula o tipo de relacionamento que o homem quer manter com seus semelhantes. Há muitos outros fatores envolvidos no dizer e todos eles concentram-se na **vocalidade**, termo evocado por Zumthor (1993) para significar a historicidade de uma voz: seu uso. Há, na vocalidade, uma ação atávica da voz, um efeito discursivo que ultrapassa o limite da palavra para a conquista de um outro espaço significativo em que todo corpo se envolve no dizer, de forma menos ou mais consciente, numa dependência direta da capacidade persuasiva do falante.

A vocalidade, então, possui um percurso histórico que nasce na percepção de si e, gradativamente, se traduz em inteligência: a elaboração mental dos fenômenos do mundo. É pela inteligência que o homem interpreta, reveste de coerência e sentido o que, a princípio, era apenas sensação. A vocalidade, entendida como produto histórico de verbalização de si, exige ação humana inteligente e consciência de fala: propriedade de combinações dos poderes da língua para transmitir ideias novas e precisas que atingem e podem mover a mente do outro. Se a percepção é um instinto para adquirir uma arte, a vocalidade, ao exteriorizar o poder inestimável do verbo, é o exercício da própria arte retórica, aquela que admite a racionalidade e o percurso das emoções em nós de forma previamente articulada, aquela que perscruta o dizer para revelar o humano ou esconder o desumano em nós. É pela vocalidade que mostramos nosso “jeito” de expressão em momentos singulares, nossa propriedade de, por meio de formas adaptativas,

.....
2 Optamos pela grafia e acentuação dos termos gregos utilizados dentro da Língua Portuguesa. Mantivemos o itálico e eliminamos todos os diacríticos de acentuação, uma vez que a acentuação do grego não obedece aos mesmos critérios da Língua Portuguesa; excetuamos os nomes próprios. (Nota das revisoras)

congregar os homens em decisões de toda ordem, nem sempre fáceis em função da complexidade do estar no mundo. Nas polêmicas ou na simplicidade do dia a dia, nossa vocalidade nos irmana e nos diferencia.

Este texto objetiva ressaltar a vocalidade como componente intrínseco do ato retórico. Pretende, também, exaltar a retórica como arte e, simultaneamente, como um conjunto de técnicas argumentativas de que o orador se vale para angariar “autoridade” por meio da própria voz. A vocalidade, então, é vista como um recurso retórico que, associado a outros recursos (também retóricos) de demonstração de personalidade e caráter do orador (*phronesis*, *arete*, *eunoia*), atribuem ao próprio orador um poder simbólico que constitui e mantém seu *ethos*.

Inteligência Retórica e Vocalidade

Um orador, ao atuar em meio às situações polêmicas e conflituosas do existir em sociedade, vale-se de inúmeras competências e habilidades humanas para agir sobre o mundo por meios persuasivos. Ao exercer um ato retórico (a retórica é material, dinâmica, ativa) e exteriorizar uma proposição, oferece ao outro um compromisso de decisão e, por assim proceder, coloca em jogo o seu próprio ser social. Ao mostrar-se publicamente, vincula seu dizer a uma estratégia discursiva ligada à conveniência, sempre com uma intenção humana que busca atingir a confiança e provocar o fazer-saber para fazer-querer e, por fim, fazer-fazer. Nesse plano, a inteligência, essa aptidão intelectual singular, traduz-se, indissociavelmente, em vocalidade. É preciso repertório histórico, no plano dos processos gerais e comuns, para revelar compreensão do mundo, capacidade de adaptação às mudanças das circunstâncias, capacidade de resolver problemas sem violência, extrair inferências, raciocinar sobre si e sobre o outro para, enfim, persuadir. Praticar a retórica é, sim, uma arte, mas também um gesto técnico de racionalizar os caminhos em busca de um resultado associativo que se expande para muito além da troca de informações. A eficácia retórica se consolida quando o orador consegue imprimir ao dizer o seu poder de influência. Por isso, praticar a retórica é, com o auxílio forte da percepção, entender, pelo intelecto, que “podemos moldar eventos nos cérebros uns dos outros com primorosa precisão” (PINKER, 2004, p. 5).

Como verdades e mentiras são conceitos complexos e oscilantes, no ato retórico, razão e emoção convergem para a demonstração do verossímil. Quando há tensividade retórica, o orador, num contexto em que se situa uma questão, precisa persuadir e para realizar esse intento precisa, como afirma Aristóteles (*Retórica*, I, cap. II, 1998), encontrar as provas de persuasão fornecidas pelo discurso, que são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador (*ethos*); outras, no

modo como se dispõe o ouvinte (*pathos*); e outras, no próprio discurso (*logos*), por aquilo que demonstra ou parece demonstrar.

Neste texto, trataremos apenas da primeira dimensão, o *ethos*. É importante, porém, ainda que de modo resumido, pensarmos na contribuição de *logos* e *pathos* para a construção da confiança, esse sentimento de segurança que alguém desperta em nós e que, por sua palavra, nos obriga a colocarmo-nos “em suas mãos”. Quem desperta confiança em nós faz parecer que a palavra que ouvimos vem de nós mesmos, de nossa “jurisdição interna”. Nesse estado de espírito, como auditório, obedecemos (ANGENOT, 2019, p. 21).

A racionalidade é articulada no *logos*, termo que, durante séculos, significou palavra escrita ou falada, verbo, discurso. A partir dos estudos de Heráclito de Éfeso (540 a.C. - 470 a.C.), filósofo pré-socrático, passou a ter o conceito de razão ou exercício da razão. Em sentido amplo, todo discurso se constrói em torno de um tema que é problematizado e gera questões. O *logos* é um espaço discursivo propício para a demonstração das estratégias persuasivas adotadas pelo orador para impressionar positivamente o auditório e demonstrar, de modo explícito ou não, pela linguagem, sua capacidade de enfatizar, ilustrar, confirmar, negar ou corroborar ideias. No *logos* imbricam-se, indissociavelmente, a força argumentativa do orador, os sentidos explícitos ou implícitos, figurativos ou literais da linguagem utilizada para atingir, por força da criação da verossimilhança, o acordo com o auditório.

Pathos, por sua vez, refere-se às emoções e paixões despertadas no auditório. Por força do conviver, os homens estão envolvidos em múltiplas tonalidades do sentir: amam, odeiam, tornam-se esperançosos, desanimados, calmos ou desesperados, revelam e escondem desejos. Entre o prazer e o desprazer cotidianos, o ser humano modula a intensidade de suas paixões pelo que acredita ser justo, injusto, moral, imoral, certo, errado, belo e feio. É justamente aí que reside a força do *pathos*, entendido como a habilidade do orador de despertar o auditório para as emoções pretendidas e decorrentes de seu discurso. Assim, diante de um auditório, o orador pode provocar paixões disfóricas ou eufóricas por meio de sua capacidade de levar o outro a aderir, recusar, completar, modificar, calar-se, aprovar, reprovar, demonstrar interesse ou desinteressar-se por um evento do mundo que requer uma posição estética, deliberativa ou judiciária e a intensidade de qualquer uma dessas ações é sempre estabelecida pela força persuasiva provocada pelo orador (FIGUEIREDO; FERREIRA, 2016).

Por fim, o *ethos*, considerado por muitos estudiosos como a mais importante das provas retóricas, implica vocalidade e virtuosidade. Na perspectiva aristotélica, no *ethos* reside a força de autoridade que se impõe ou não sobre o auditório, pois se liga a um processo de apresentação do orador diante de ouvintes (ou leitores) identificados por características universais ou particulares e, quando

o ato retórico é adequadamente dirigido, como um recurso de identificação que provoca adesão e acordos favoráveis às intenções persuasivas do próprio orador. De modo amplo, *ethos* é a revelação, no ato retórico, do poder moral do orador. Os caminhos constitutivos da credibilidade e da confiança no orador exigem artifícios (*ethos* é representação) que, de modo sucinto, trataremos a seguir, a partir das concepções aristotélicas.

Constituição e Manutenção do *Ethos*

Como afirma Woerther (2007), o estudo semântico da palavra *ethos*, feito de maneira sistemática ao longo de todo *corpus* aristotélico, demonstrou que essa noção nunca foi utilizada de forma padronizada pelo estagirita e, em função disso, não encontrou uniformidade em outros tratados que a empregaram, uma vez que a abrangência e os significados desse termo variam em função do objeto estudado. Dessa maneira, a autora, por meio das evidências levantadas, rejeita a ideia de que o pensamento aristotélico se aproxima de um sistema em seus tratados biológicos, ético-políticos, poéticos e retóricos. Para ela, há, sim, “um duplo movimento de apropriação e ressystematização a partir desse conceito heurístico que é o *ethos*” (WOERTHER, 2007, p. 304).

De qualquer modo e de forma definitiva, em retórica, o *ethos* é visto, primeiramente, como a representação que o orador imprime de si no ato retórico. É efeito, resultado obtido pelo discurso e seu fim, como entendiam os gregos, é criação de uma impressão de si, elaborada pelo próprio orador e no próprio discurso para mostrar-se digno de confiança. Encontrar traços de honestidade e de virtude é o desejo natural de um auditório. Por isso, a credibilidade, como afirma Aristóteles (*Retórica*, II - II, 2.4, 1998), é conseguida de modo eficiente quando o orador mostra em seu discurso que possui equidade (*epieikeia*), senso de justiça, imparcialidade, isenção, neutralidade. Nesse sentido, *ethos* liga-se, na origem, a um princípio moral, que expõe virtudes no discurso e revela um jeito de difundir as concepções do existir de modo reto e aceitável socialmente (ética). Há, como afirma Eggs (2005), outro aspecto mais neutro e objetivo possível de análise do *ethos*, ligado à *hexis* (disposição), hábito, tipo social, modo de exprimir adequadamente os temas e estilos que são moldados nos planos de expressão (*elocutio e actio*), mutável em função do contexto retórico e da problematização em foco, produto das escolhas (*hexeis*) efetuadas *in actu* (EGGS, 2005, p. 35). Em nossa perspectiva, Eggs fala da vocalidade e todas as implicações históricas, sociais, ideológicas e pragmáticas que o termo pode contemplar em si. É a vocalidade que carrega elementos ligados à personalidade,

ao caráter, aos traços comportamentais e a todos os elementos que se aglutinam no ato retórico como maneira de sentir e apresentar signos corporais, gestos e maneiras de falar. Para a constituição do *ethos*, afirma Eggs, “não é preciso “se dar a aparência” de ser honesto e sincero, mas *apresentar-se* honesto e sincero para que o verdadeiro e o justo se imponham” (EGGS, 2005, p.38). É preciso apresentar-se (e ser percebido) como competente, razoável, equânime, sincero e solidário, demonstrar integridade discursiva e retórica (EGGS, 2005, p.39), que, aqui, chamamos de inteligência retórica manifestada pela vocalidade.

Se considerarmos o *ethos* como um exercício da vocalidade intencional de um orador sobre um auditório, podemos levar em conta três fatores interligados e interferentes que se amalgamam para a conquista da eficácia retórica e que, aqui, resumimos em três verbos fundamentais: **ser, poder e saber**.

a) Ser e parecer ser: a constituição oratória da dignidade do orador

A eficácia de um discurso – fim último da Retórica – deriva da potencialidade oratória do orador para oferecer ao auditório uma imagem digna de si durante um ato retórico. Para Aristóteles (*Retórica*, II, 2.4, 1998), as pessoas de bem “inspiram confiança mais eficazmente” e a demonstração de bom caráter constitui “a prova determinante por excelência”. Sob essa visão, a probidade demonstrada pelo orador é componente intrínseco da constituição do *ethos*. Como o *ethos* atua no universo discursivo das aparências, o orador precisa realçar, racionalmente, traços de seu caráter em contextos pragmáticos.

Para a constituição da representação de si, se considerarmos o sentido etimológico do termo *ethos*, a palavra é utilizada como honra ontológica do homem. Não seria, portanto, indiferente trair sua vocação por meio de manobras oratórias. Nem todo homem, porém, é virtuoso e bom. Seja qual for o seu caráter “de fato”, estabelece pela palavra a relação do homem com outro homem e com seu próprio ser (MANON, 1992). A demonstração de dignidade, nesse sentido, é um exercício de conquista do auditório pelo discurso porque, no universo verbal das aparências, o uso da palavra permite formas sutis de exteriorização da moralidade, assim como propicia, nas artimanhas do dizer, o disfarce sutil da imoralidade. É o tom das relações interpessoais estabelecidas que alicerça a legitimação pela fala e faz ecoar no auditório a crença em um caráter mostrado e meticulosamente estudado pela inteligência retórica, pela posição institucional e ideológica do orador, pelo bom domínio da corporalidade e das relações que estabelece com o auditório. Essa conformação da palavra em ato retórico

persuasivo requer demonstração de um saber prático e oportuno para revelar características ligadas ao **ser** ou parecer **ser**. Afiançar-se pelo discurso requer virtudes, estudadas por Aristóteles (2014) em *Ética a Nicômaco*:

- a.1)** *Phronesis* é a sensatez, a prudência, a sabedoria prática refletida no bom uso da mediania entre virtudes e vícios, na confirmação de capacidade de valer-se da reta razão em circunstâncias singulares e necessárias para uma ação pretendida. *Phronesis*, a parte mais elevada da alma racional (razão prática) do homem, a parte calculativa da alma é interdependente das virtudes do caráter. É uma virtude intelectual que permite “a avaliação correta das circunstâncias singulares das quais depende a efetiva realização de cada ação virtuosa” (ARISTÓTELES, 11421 23-20; 1143a 32-33, 2014). No ato retórico, a demonstração da *phronesis* indica que o orador estabelece raciocínios sobre as “realidades” que poderiam ser diferentes e desvela uma “verdade” construída no e pelo discurso. O discernimento, assim, é qualidade racional que leva à crença em uma dada “verdade” quando os argumentos se concentram nas ações relacionadas com os bens humanos (ARISTÓTELES, VI, 5, 1140b 16-17, 2014). Por isso, a *phronesis* vale-se de uma explícita demonstração de inteligência (valor cognitivo) aliada a um projeto prático de mover o auditório. É por isso que no ato retórico, num contexto sensorial, o orador faz emergir estados e vertentes de si para demonstrar as verdades contingentes necessárias para levar o auditório a fazer escolhas que dependem de valores culturais, de contexto imediato e da natureza da questão imposta. O orador trabalha as questões que não são resolvidas nem pela ciência nem pela lógica analítica, mas que podem ser solucionadas pela demonstração do discernimento e da experiência.

Como a retórica se vale de apelos, de estratégias simbólicas para provocar uma resposta emocional e um comprometimento do auditório a uma causa, a *phronesis* traz em si um caráter prescritivo quando promove ação a partir da capacidade do orador de bem identificar as particularidades da questão sobre a qual delibera.

- a.2)** *Arete* é a virtude, a disposição que faz um homem bom e o leva a desempenhar sua função com retidão e probidade. Nesse sentido, o homem virtuoso cumpre o ato determinado, conhece o que faz e o executa voluntariamente como resultado de uma disposição permanente. *Arete* era para os gregos o grau de excelência no exercício de uma capacidade que um ser possui como próprio (SILVEIRA, 2000).

Já a partir de sua origem etimológica, o *ethos* se conforma por princípios éticos e morais. Situa-se, de modo inalienável, nas virtudes humanas (éticas e dianoéticas na filosofia aristotélica) que precisam ser evidenciadas no discurso. Além da racionalidade prática (*phronesis*), a *arete* (virtude) se exterioriza positivamente quando o orador revela *mesotes* que, para Aristóteles (2014), reside na justa medida, no meio termo entre as virtudes e os vícios, entre o excesso e a deficiência de conduta. Não é natural nem inatural no homem, mas adquirida pela capacidade prática, pela ação: a prática de atos justos nos torna justos. Na *mesotes*, a norma é a regra geral e a virtude é o justo meio, a justa medida relativamente aos atos humanos. O virtuoso não se mostra covarde (vício por falta) ou temerário (vício por excesso), pois conhece a justa medida entre esses dois vícios e encontra, na coragem, o meio termo favorável para seus propósitos. Não se mostra insensível (vício por falta) ou intransigente (vício por excesso), uma vez que conhece e demonstra temperança, parcimônia, moderação, sobriedade, aspectos de virtuosidade contidos na mediania. Não é apático (vício por falta) ou agressivo e colérico (vícios por excesso), mas, amável, atencioso, benévolo, educado, polido e respeitoso, qualidades de mediania entre a apatia e a agressividade. A *arete* estabelece o grau quantitativo necessário para bem demonstrar as tendências humanas que conduzem à boa ação.

- a.3)** *Eunoia* é a benevolência. No exercício de ser e parecer no discurso, a generosidade, o altruísmo, a condescendência e a magnanimidade traduzem conformações de amizade característicos da *eunoia* pelo gesto solidário de simpatia que se infiltra no discurso como um caminho para mover o auditório a partir de um plano de expressão nitidamente patético e fundamentado no corpo dos recursos persuasivos que provocam efeitos discursivos positivos às intenções do orador.

Eggs (2005) bem resume o termo *eunoia* a partir de suas reflexões sobre *Ética a Nicômaco*: “a *eunoia* constitui, na verdade, com *charis* e *philia*, isto é, com obsequiosidade e amabilidade, um campo semântico.” A base comum não se restringe à simpatia, mas atesta uma “disposição ativa para prestar serviço ao outro, caso ele necessite” (EGGS, 2005, p. 33).

Nesse plano do **ser**, o ato retórico é um processo de constituição fundamentado na moralidade em que o orador se demonstra competente, equânime, sincero e solidário. Visto por esse ângulo, a questão moral do *ethos* ultrapassa os limites do “parecer ser” para efetivar-se a partir de um princípio antropológico sempre aceito e respeitado:

o homem tem tendência natural para o verdadeiro, o bom e o justo (EGGS, 2005 p. 39). Como, primeiramente, afirmou Aristóteles, “o verdadeiro e o melhor são por natureza mais fáceis de provar e mais convincentes” (ARISTÓTELES, *Retórica* I, 1355a 37, 1998).

b) O caráter documental e social do ethos: o poder

No plano da vocalidade constitutiva do *ethos* é preciso levar em conta que, para além da instância subjetiva que se exterioriza pelos gestos morais do orador, o *ethos* não se desvincula dos atributos sociais constituintes da vocalidade e relativos a um **poder** de fala adquirido do exterior para o interior.

Há, no nível da fala social, um lugar sedimentado pelo poder institucional. Inevitavelmente, qualquer orador traz em si as marcas das instituições a que pertence e o lugar que ocupa na hierarquia institucional. São os graus hierárquicos que determinam, qualitativa e quantitativamente, o discurso autorizado. A título de exemplo, ainda que o Papa, o cardeal, o bispo, o monsenhor, o cônego e o pároco pertençam à instituição Igreja, o “peso” de suas falas diante de um auditório é maior ou menor em função da questão que se impõe ao auditório. Todos possuem discurso autorizado institucionalmente e essa base comum os torna “competentes” para dizer o que dizem, mas, também, determina os limites para o “como” dizer. O discurso autorizado também possui limites e a retórica dos representantes institucionais (da Igreja, do Judiciário, do Estado, da família, da Escola) é sempre guiada por princípios estabelecidos autoritariamente pelas próprias instituições.

A retórica dos “competentes”, dessa maneira, está alicerçada no **poder** e não é, necessariamente, sensata. Ainda que as instituições se esforcem por demonstrar uma gama de princípios éticos e de boas intenções para bom cumprimento moral do dever estabelecido, podem criar, no seio social e pelo discurso, um mito de eficiência, ainda que em planos menos explícitos baseiem sua prática em conceitos meramente concorrenciais ou triunfalistas, repletos de ideologias e interesses nem sempre reveláveis. De qualquer modo, o discurso autoritário das instituições assegura e promove o discurso dos “competentes” e, por reflexo, o discurso dos “fracassados”. Atos retóricos são proferidos por homens e desvelam as virtudes e vícios humanos. Por essa razão, o discurso autorizado pode camuflar-se, muitas vezes, em discurso competente porque é natural em nossa sociedade premiar aqueles que ganham, por exemplo, evidência profissional, intelectual, esportiva ou política, sem que se leve em conta os meios pelos quais os premiados atingiram o status a eles outorgado.

Enfim, os “competentes” têm direito assegurado de dizer e infiltram sua vocalidade no discurso dominante porque sustentam-se num discurso que os antecede: o discurso autoritário das instituições (as leis, os dogmas, a validade da ciência) e regem a vida em sociedade, pela sedimentação de hábitos, valores e crenças. O discurso dos “competentes” vem, por esse motivo, previamente assegurado no plano persuasivo e autoriza o orador a atuar, com relativa segurança, no universo da *doxa*, quando o objetivo é solucionar ou amenizar situações polêmicas. Os “competentes” transformam seus argumentos em afirmações plausíveis, em respostas para questões em debate porque amparam o seu dizer na autoridade discursiva que emana das instituições.

Por esse ponto de vista, o *ethos*, visto como reflexo histórico e social da vocalidade, atua no interior do discurso polêmico para impor, pela autoridade e **poder** institucional, o discurso dominante, aquele que determina valores e molda o viver em sociedade. Um orador “não competente” pode, sim, abalar o discurso dominante, mas precisará encontrar um lugar de fala que imponha a rebeldia, a contestação e, provavelmente, irá querer livrar-se do inevitável estigma que o conforma socialmente. Provavelmente, precisará iniciar um processo retórico de desconstrução daquilo que é consolidado historicamente para, pela discussão provocada, remodelar conceitos sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, o legal e o ilegal, o nobre e o vil, o certo e o errado num determinado contexto posto em questão (FERREIRA, 2010).

Esse esforço do orador para solidificar o já dito ou para construir o inusitado socialmente requer real competência oratória, inteligência retórica e, sobretudo, excelência no uso de recursos expressivos, de escolhas discursivas e de provas retóricas (éticas ou patéticas, externas ou internas à retórica) para levar o auditório ao crível. O *ethos*, nessa perspectiva da vocalidade social que o orador traz indelevelmente em si, cumpre a incumbência de dar uma resposta à questão levantada e de levar o auditório a partilhar a tese do orador. Por fim, qualquer orador possui um poder natural angariado pela autoridade institucionalizada, mas, se não se sentir confortável nesse lugar institucional, pode, pela transgressão do estabelecido, promover um outro lugar retórico (e bem mais difícil de alcançar) para consolidar sua própria voz revolucionária até torná-la verossímil e crível. Cria, desse modo, o discurso instituinte, que nasce nos subterrâneos sociais para, pela prática da retórica, ganhar contornos verossímeis e capazes de estabelecer acordos sociais.

O **poder**, que também possui graus de atuação efetiva, infiltra-se no *ethos* como produto da *inventio* – o termo latino ligado ao verbo *invenire*, que em latim significa achar, encontrar, descobrir – parte do sistema retórico em que o orador encontra as provas necessárias para seus propósitos e

seleciona o que vai estabelecer e sustentar no discurso. Infiltra-se, também, na *dispositio*, um momento de reflexão crítica sobre como utilizar o material da invenção, a fim de ordenar e enfatizar as ideias concebidas (*que loco dicat*), harmonizar logicamente as partes requeridas pelo tema para, transformada em texto completo, revelar-se em plenitude no instante da *actio*.

c) A vocalidade e a negociação do relacionamento: o saber

O saber demonstrado pelo orador implica uma representação considerada adequada no exercício de interpretação de uma realidade posta em juízo e aceita como útil e desejável para um determinado auditório. Muitos fatores se conjugam na demonstração do saber para um propósito persuasivo e todos são importantes para a construção de um acordo: a experiência de vida, o conhecimento de um tema complexo, a demonstração prática e teórica da educação recebida, o entendimento clarificado e pautado na tradição e no contexto a partir de hábitos, crenças e valores aceitos por uma sociedade, o conhecimento científico e acadêmico. Num plano restrito, mas não menos importante, o saber é a demonstração do que é útil e virtuoso para um determinado auditório. Por isso, é o ponto máximo da revelação de inteligência retórica. Como em retórica, razão e sentimento são inseparáveis (REBOUL, 1998, p. XIII), o *ethos* conforma-se ao *docere*, *movere* e *delectare* e cumpre as funções básicas de toda a retórica: o aspecto heurístico, hermenêutico, educativo e, sobretudo, utilitário do ato de falar e impressionar um auditório.

Como, por princípio, um discurso retórico precisa ser intenso, expressivo e agradável ao auditório, o *ethos* de um orador, nessa perspectiva da vocalidade – que é histórica e atuante –, pode ser medido pela habilidade de atrair o interesse, prolongar a atenção e ativar as paixões do auditório para o estabelecimento do acordo pretendido por meio da demonstração de um saber enciclopédico e de um saber vivencial. Para que seus propósitos sejam cumpridos, o orador precisa vincular a construção e manutenção de seu *ethos* a vários outros “saberes” que realçam as demais virtudes: a) a virtude do estilo, que se liga à clareza, à adequação, ao decoro, à correção e à ornamentação adequada; b) a virtude oratória que envolve a eloquência, a elegância, a competência verbal, a segurança e o comedimento.

Considerações Finais

O *ethos* é, em resumo, um conjunto de traços de caráter, de personalidade que o orador mostra ao auditório para causar boa impressão de si. Incluem-se nessa construção de um perfil social de si as atitudes, os costumes, a moralidade, elementos que aparecem na disposição do orador e que constituem sua historicidade.

Nessa perspectiva, portanto, a vocalidade é elemento fundamental para a demonstração dos traços de caráter do orador, pois reúne um elemento pré-discursivo, que é o currículo (aqui entendido como todos os traços históricos, sociais e culturais que envolvem o contexto retórico), um elemento discursivo propriamente dito que se consolida e se vincula indelevelmente ao próprio ato retórico, e, por fim, um componente retórico de manutenção que ocorre, naturalmente, a partir de outros atos retóricos que emanam do próprio orador. *Ethos*, por conseguinte, é uma dimensão construída do orador e pelo orador que, por ser humano, possui um passado conhecido ou não, um presente em que demonstra ou não competência oratória e um futuro que se sustenta a partir dos efeitos de sentido obtidos em um ou mais atos retóricos precisados temporal e espacialmente, responsáveis pela promoção e manutenção do status que se atribui a um sujeito-orador.

A eficácia de um discurso deriva, fundamentalmente, da vocalidade que, por sua vez, implica competência pessoal e alicerça-se sobre uma fonte social que valida o falar. Como a retórica se caracteriza por apelos, estratégias simbólicas e aspectos discursivos do orador, os efeitos de sentido provocam no auditório uma resposta emocional ou racional traduzida em comprometimento do auditório. Como o orador atua no exercício consciente de exploração dos diversos gêneros da própria retórica, suas atitudes retóricas são perspectivas dadas de si e, como qualquer perspectiva (*per* = através; *specere* = olhar), fornecem uma visão parcial do todo, pois cada faceta brinda o auditório com uma ênfase particular e deliberada. A reunião dessas atitudes virtuosas constitui o *ethos* e pretendem moldar a maneira como pensamos a respeito de um orador. O ato discursivo, quando assim visto, representa a exploração, por meio da inteligência retórica, das emoções do auditório. O *movere*, o *delectare* e o *docere* atuam como uma refletida prática discursiva alicerçada numa base dinâmica sobre a qual o juízo do outro se move. É pela ação da voz que o orador ultrapassa os limites da palavra para a conquista de um espaço significativo e revela sua consciência persuasiva. Se o objetivo do *ethos* é a conquista favorável dos pensamentos e das emoções do auditório, o orador precisa ter consciência de como administrar o peso de sua historicidade, de sua própria voz em cada discurso submetido à interpretação do auditório. É, pois, a inteligência retórica que explora, no interior consciente do orador, a potencialidade e eficácia da palavra. Um orador consciente sabe, com Górgias (480 d.C.), que a linguagem é um instrumento capaz de exercer uma coação violenta sobre a alma, comparável à ação das drogas sobre o corpo (GÓRGIAS, 1995).

Em conclusão, o *ethos* se forma e se mantém na *praxis*, é ato deliberativo, implica princípios (*phrairesis*), cálculo, desejo e disposição para mostrar-se e levar o outro a admitir o que se julga salutar para uma determinada sociedade. Sob esse ângulo, o *ethos*, é uma criação demonstrada de si e amalgama, nesse criar,

arte (*techne*), ciência (*episteme*), discernimento (*phronesis*), sabedoria (*sophia*), inteligência (*nous*) e poder. Como afirma Meyer (2007, p. 35), “o *ethos* é um domínio, um nível, uma estrutura que almeja a persuasão.” A palavra definitiva de Aristóteles, porém, é a que resume o conceito de forma muito reveladora: há três razões que levam à convicção, independentemente das demonstrações: o bom senso, a prudência, a sabedoria prática (*phronesis*), a virtude (*arete*) e a benevolência (*eunoia*). Em função delas, quando presentes, os homens podem aproximar-se da verdade; na falta delas, afastar-se. “Não há nenhum outro caso” (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, I, V=VI, 1378a, 1998). O que remanesce está na vocalidade, na intencionalidade e na perícia retórica do orador.

.....

REFERÊNCIAS

- ANGENOT, Marc. Retórica de la confianza y la autoridad. In: VITALE, María Alejandra; PIRIS, Eduardo Lopes; CARRIZO, Alicia Eugenia; AZEVEDO Isabel Cristina Michelin (orgs). **Estudios sobre discurso y argumentación**. Coimbra, Portugal: Grácio Editor, 2019. p. 17-36.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2014.
- EGGS, Ekkehard. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth L. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão** – princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIGUEIREDO, Maria Flávia; FERREIRA, Luiz Antonio. A dimensão do *ethos* nos gêneros retóricos. In: LIMA, Eliane Soares de; GEBARA, Ana Elvira Luciano; GUIMARÃES, Thayse Figueira (orgs.). **Estilo, ethos e enunciação**. Franca, SP: Unifran, 2016.

GÓRGIAS. Elogio de Helena. *In*: CASSIN, Barbara. **O efeito sofístico**: sofística, filosofia, retórica, literatura. Tradução Ana Lúcia de Oliveira; Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 1995.

MANON, Simone. **Platão**. Tradução Flávia Cristina de Souza Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem**: como a mente cria a linguagem. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SILVEIRA, Denis. As virtudes em Aristóteles. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, 2000, p. 41-71.

TOYNBEE, Arnold. **A humanidade e a mãe-Terra**: uma história narrativa do mundo. Tradução Helena Maria Camacho Martins Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIGARELLO, Georges. **O sentimento de si** – história da percepção e do corpo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

WOERTHER, Frédérique. **L'èthos aristotélicien**: genèse d'une notion rhétorique. Paris: VRIN, 2007.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: a literatura medieval. Tradução Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.